

Sindieletro discute Odontológico com a categoria

Apesar da insistência do coordenador do Comitê de Negociação da Cemig, Sérgio Augusto, em implantar o subprograma Odontológico sem discussão com os trabalhadores ativos e aposentados, o Sindieletro continua realizando reuniões setoriais em todo o Estado para discutir o assunto com a categoria. “Não dá pra entender o porquê de tanta pressa! A quem interessa a implantação desta forma, sem nenhuma discussão?”, questiona Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletro.

A posição dos representantes dos participantes ativos e aposentados no Comitê do Prosaúde e no Conselho Deliberativo da Forluz de votar contrários à aprovação do subprograma está sendo informada aos eletricitários nas reuniões setoriais, assim como todos os detalhes da proposta.

O subprograma não foi aprovado pelo Comitê do Prosaúde, no último dia 3. Mas o presidente do Conselho Deliberativo da Forluz, Sérgio Augusto, através do voto de desempate, ignorou a decisão e impôs a aprovação, indo além do que está pre-

visto no regulamento do PSI.

Segundo Wilian Vagner, o subprograma ainda é desconhecido da categoria. “Apesar da Forluz ter elaborado um cronograma de apresentação em todo o estado e acharmos que este cronograma deva ser mantido, é fundamental que os participantes conheçam todos os detalhes do Odontológico e deliberem pela sua aprovação em assembléia, antes da adesão”, afirma.

Intransigência

Wilian destaca que o Odontológico é uma reivindicação histórica da categoria e no momento que os trabalhadores conseguiram que a empresa finalmente entendesse a sua importância e começasse a colocá-la em prática, “aparecem pessoas com posições autoritárias e intransigentes tentando inviabilizar a sua implantação”. O coordenador lembra que, diante das argumentações das entidades sindicais e AEA de que a implantação do subprograma sem o entendimento e deliberação da categoria vai fazer com que muitos trabalhadores desistam da adesão, a Cemig e a Forluz simplesmente



Grande participação dos trabalhadores nas reuniões setoriais no Anel Rodoviário e Cidade Industrial

responderam que quem não quiser pode ficar de fora. “É uma resposta que reflete a total falta de respeito com os trabalhadores”, acrescenta.

Já o coordenador da Regional Metalúrgica, Leonardo Timóteo, diz que a empresa adota, em relação ao Odontológico,

a mesma postura utilizada no processo de venda do anuênio, tentando individualizar a sua negociação. “Quando a direção da Cemig impede que o Sindieletro discuta com a categoria, ela força o trabalhador a aderir a uma proposta baseada apenas em seu marketing”, avalia.

O diretor de Comunicação do Sindieletro, Marcelo Borges, ressalta que não é aceitável uma proposta que atenda apenas parte dos trabalhadores. Para Borges, os eletricitários precisam, neste momento, mostrar a mesma mobilização

e espírito de luta que já impediram a privatização da Cemig e garantiram as grandes conquistas dos eletricitários em Acordos Coletivos.

Entre os trabalhadores as dúvidas são muitas. Um técnico em manutenção elétrica que participava de uma setorial disse que até agora se sente confuso. “A gente só recebe informação via sindicato e percebe que a empresa quer fazer tudo a toque de caixa”, critica.

Próximos passos

O entendimento dos representantes dos participantes, das entidades sindicais e AEA é que não dá para aprovar um subprograma Odontológico sem que haja entendimento e amplo debate com a categoria. Assembléias serão convocadas e vão decidir quais medidas judiciais serão tomadas para impedir que a Cemig possa passar por cima de um direito dos trabalhadores.

Paridade no custeio fica só no papel

Pelo que consta do Extra Acordo, o Odontológico seria custeado com os recursos previstos na Cláusula 8ª do ACE do Prosaúde, sendo que a diferença, estimada em R\$ 10 milhões por ano, seria dividida paritariamente entre a patrocinadora e os participantes. Agora é imposta aos trabalhadores a co-participação em vários procedimentos, com a previsão de custeio através do que está estabelecido na Cláusula 8ª mas com uma diferença estimada em R\$ 5 milhões, ou seja, metade do

valor inicial. Desta forma, em função da co-participação, os trabalhadores pagarão mais que a patrocinadora, o que inclusive, contraria o Extra Acordo.

Numa decisão de cima para baixo, foram definidos quais os procedimentos e quais os percentuais de co-participação, podendo chegar a 30%. Levantamentos preliminares apontam que a maior parte dos procedimentos terá co-participação, sendo que justamente nos procedimentos mais onerosos é que a co-participação será de 30%. “É

uma lógica totalmente inversa da implementada no PSI, onde os procedimentos de maior custo são pagos pelo Prosaúde”, alerta Wilian Vagner.

Em relação à tabela de contribuição, é mantida a mesma lógica adotada no PSI, ou seja, os assistidos pagam mais do que o pessoal da ativa, o que para o Sindieletro é uma distorção, visto que os participantes aposentados, na maioria, já não têm mais dependentes e vão utilizar pouco o tratamento odontológico.

Justiça obriga Forluz a complementar aposentadoria

Foto: Benedito Maia

Numa vitória judicial importante, mas ainda sujeita a recurso, o electricista Benício Alves da Silva terá direito a receber a complementação pela Forluz de sua aposentadoria por invalidez do INSS. A decisão é da 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, que não viu fundamento na argumentação da Fundação para não conceder a Melhoria de Aposentadoria por Invalidez (MAI) ao trabalhador.

Benício se afastou definitivamente da Cemig em novembro de 2003 por causa de uma hérnia na coluna, adquirida enquanto trabalhava na empresa. O benefício será retroativo à data do afastamento.

O trabalhador, hoje com 50 anos, ingressou na Cemig em

1978. Em função do desgaste físico provocado por sua rotina como electricista, ele teve que se afastar do trabalho várias vezes. Em 2003, quando se aposentou, o trabalhador solicitou a MAI à Forluz, mas não foi atendido porque, segundo avaliação médica contratada pela Fundação, ele ainda tinha capacidade para trabalhar.

De acordo com as regras da Forluz, os trabalhadores só podem solicitar o benefício quando for comprovada, através de perícia, a sua plena incapacidade para o trabalho. Na busca de uma solução para o impasse, a questão foi levada ao Conselho Deliberativo da Fundação, mas houve empate na votação da medida. A diretora de Relações com os Participantes da Forluz,

Cláudia Ricaldoni, ressalta que, apesar dos três representantes dos trabalhadores votarem a favor do pedido do eletricitário, foi mantida a decisão contrária aos trabalhadores.

Numa segunda avaliação médica, realizada em juízo, ficou constatado que o electricista não poderia trabalhar em atividades que forçassem sua coluna ou que exigissem que carregasse peso. “Esta vitória na Justiça é importante porque comprova que os critérios de concessão da MAI, adotados pela Forluz, precisam ser revistos, tendo em vista a função social que se estabelece no contrato entre o participante e a Fundação. Em cada caso, é preciso que se verifique, além da avaliação médica, a condição real do trabalhador; por meio de uma avaliação individual”, analisa Fre-

derico Guimarães, advogado do Sindieleto.

Benício, que afirma não ter condições para exercer atividades diferentes, conforme orientado pela Forluz, diz que sofre consequências por ter atuado por 25 anos como electricista. “Não consigo mais ficar numa mesma posição por muito tempo porque sinto fortes dores. O incômodo é tanto que é difícil fazer coisas simples, como andar de ônibus”, revela.



Benício se aposentou devido a problemas na coluna

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



O PCR é algo que interessa diretamente aos trabalhadores. Por isso, o Sindieleto tem que

estar presente em todas as discussões. Sabendo disso, a Cemig não pode impor mudanças no PCR sem que os trabalhadores estejam informados. Não sei qual o critério utilizado na Avaliação de Desempenho, e minha carreira acabou sendo prejudicada. Já tenho 15 anos de casa, como electricista nível dois, tenho muitos conhecimentos em redes elétricas, mas não sou reconhecido e nem motivado pela empresa. Tanto a avaliação como o PCR deveriam ser conduzidos de uma forma mais clara e justa.

Carlos Alexandre Gomes,
Electricista de Linhas e Redes,
DC/CM – Anel Rodoviário



Na minha opinião, a Cemig deveria divulgar melhor para todos os trabalhadores

e para a direção do Sindieleto qual é o real objetivo do Plano de Cargos e Remuneração. O PCR, como um todo, não está sendo bem explicado para a categoria dos eletricitários. No meu ponto de vista, este é um instrumento que poderia proporcionar que os trabalhadores crescessem na carreira. Os critérios que norteiam a Avaliação de Desempenho também ainda geram muitas dúvidas em todos. Para melhorar isso, a empresa deveria esclarecer quais são os critérios envolvidos neste processo.

Fábio Alberto da Silva,
Técnico de Segurança do Trabalho, GE/CP – Transporte

Cemig terá que pagar indenização de R\$115 mil a consumidora acidentada

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJMG) determinou que a Cemig pague indenização de R\$ 115 mil (R\$70 mil mais juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da data de citação da empresa, em 2003) à consumidora de Belo Horizonte, Leuza Kelly Carvalho Souza. A consumidora se acidentou ao tocar um fio de alta tensão a menos de 50 centímetros do terraço de sua casa.

A decisão prova que o dever de prevenir acidentes é mesmo da Cemig, que terá que, a partir de agora, cuidar da vigilância das redes elétricas públicas e ressarcir as pessoas que se acidentarem.

Por causa do choque, Leuza, que na época era menor, sofreu queimaduras de terceiro grau em várias partes do corpo e teve que amputar o dedão do pé direito e se submeter a enxertos no antebraço, pulso e mão. A Cemig alegou que a causa do acidente foram falhas na

construção da casa.

No entanto, o TJMG considerou que não havia provas suficientes de que o imóvel estava avançando demais em direção à rua. Para o Tribunal, o risco de acidente era tão evidente que a própria Cemig efetuou os reparos necessários no local, logo após o acidente.

Segundo a advogada da consumidora, Alessandra Scheider de Carvalho Campos Pires, a sentença foi unânime e não cabe mais recursos da Cemig. Ela também informou que a ação já retornou à instância de origem, que é a Vara da Fazenda Pública Estadual. “Nós entramos com a execução e acredito que em uma semana a Cemig terá que pagar a indenização, sob pena de penhora de seus bens”, esclareceu.

Para a advogada, a decisão foi uma vitória para a consumidora, apesar da indenização não pagar os danos físicos e psicológicos que sofreu.

Finanças e Investimentos em Fundos de Pensão

Entre os dias 24 e 26 de julho, membros da diretoria do Sindieleto participaram do curso Finanças e Investimentos em Fundos de Pensão da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

O economista Lício da Costa, que ministrou as aulas, tratou de temas como cenário econômico brasileiro, renda fixa e variável, investimentos em mercados de capitais, entre outros.

Além disso, o evento também contou com a palestra de André Proite, representante do Tesouro Nacional, que falou sobre aplicações em títulos públicos. O objetivo do curso foi consolidar uma visão de gestor previdenciário, estabelecendo as diferenças entre os outros tipos de gestores.

“O curso foi de grande importância porque ofereceu uma série de informações para embasar as decisões financeiras da Forluz”, comenta Henderson Hirata, diretor de Saúde e Previdência do Sindieleto. Além dele, também participaram José Renato Barbosa, Cláudia Ricaldoni, Ricardo Nadalin e Luciano Lopes e o conselheiro representante dos participantes, José Marcos Lares.

Truculência da Cemig exige mobilização permanente da categoria, diz formador

Foto: Benedito Maia

Ao individualizar as relações de trabalho, processar judicialmente e excluir os dirigentes do Sindieleto da negociação, e investir pesado no marketing para cooptar os trabalhadores, a Cemig aposta na desmobilização dos eletricitários para o enfraquecimento da sua representação sindical.

Contudo, mesmo com tanta truculência, é possível reverter a situação com mobilizações permanentes e mais consciência de classe entre os trabalhadores.

Esta é a avaliação do formador sindical da Escola Sindical 7 de Outubro, Paulo Roberto Crispim Batista (Beto Crispim), em entrevista ao **Chave Geral**. Segundo ele, com a reestruturação produtiva a partir da lógica do neo-liberalismo, algumas empresas já não possuem pudor algum e não têm limite em suas práticas anti-sindicais.

Chave Geral– Como você avalia tanta truculência de empresas como a Cemig na relação sindical?

Beto Crispim– O capital tem como conceito que o limite dele é o céu, sobretudo depois que incutiu nos trabalhadores o medo do desemprego. Mas no

caso de categorias com mais poder de mobilização, como os eletricitários, as empresas têm abusado da truculência porque ainda há resistência. Estamos convivendo com sucessivas agressões da Cemig contra dirigentes do Sindieleto através da abertura de processos judiciais, repressão policial e proibição do acesso à empresa e à negociação.

CG– Quais os instrumentos mais usados para cooptar os trabalhadores?

Beto Crispim– *Estão achando cada vez mais as conquistas dos trabalhadores através das terceirizações, os programas de qualidade total e até mesmo da implantação de Planos de Cargos e Remuneração com metas que dividem os empregados. Outra característica é que as categorias se renovaram. Quem chegou agora na empresa geralmente não tem histórico de consciência de classe. As empresas aproveitam da situação estabelecendo prêmios, metas e adotando o discurso de que agora todo mundo é colaborador.*



Beto Crispim defende a Reforma Sindical

CG– Estão tentando acabar com a solidariedade entre os trabalhadores?

Beto Crispim– *O capital se preparou muito bem para quebrar com a consciência de classe e a solidariedade. Cabe agora ao movimento sindical resgatá-las. Lá pelos anos 1980 perguntaram ao nosso presidente se era socialista e Lula respondeu que, 'sou um metalúrgico que criou a consciência de classe'. Acho que falta-nos um pouco desta consciência. Existe também uma avalanche de informações com campanhas institucionais, sempre*

Ato público por justiça e liberdade sindical

No próximo dia 11 o Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte julgará uma ação criminal movida pelo coordenador do Comitê de Negociação, Sérgio Augusto, contra o diretor do Sindieleto e presidente da CUT-Minas, Lúcio Guterres. Paralelo ao julgamento, a Central realizará um ato público por justiça e liberdade sindical. Lúcio Guterres foi acusado de difamação e calúnia após ter denunciado o desrespeito no processo de negociação durante assembléia dos eletricitários realizada em novembro de 2004.

A direção da Cemig já havia tentado, em 2005, incriminar o sindicalista em outra ação de difamação arquivada por decisão da Justiça. As perseguições aos dirigentes e o cerceamento à

organização sindical praticados pela Cemig já foram denunciados pelo Sindieleto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à CUT Nacional.

Vários dirigentes sindicais de outras categoria também têm sido vítimas das ações orquestradas pelo governo do Estado para criminalizar, reprimir com violência policial e perseguir lideranças, numa tentativa de silenciar a organização dos trabalhadores. O ato público pretende reforçar a Campanha **"Em Minas Não se Respira Liberdade"** e exigir respeito à organização sindical. O protesto será realizado a partir das 9 horas na porta do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, na Via Expressa, 3250, bairro Minas Brasil.

com a aposta no individualismo. Na Cemig, a estratégia de marketing da empresa é jogar toda a culpa dos acidentes no

empregado e até na família dele. Sabemos que há uma série de fatores internos e externos que causam risco à saúde e segurança.

Investimento em marketing para cooptar trabalhadores

Os mais recentes episódios de truculência da Cemig foram marcados pelo não cumprimento dos Acordos do anuênio, odontológico e do PCR.

Para Marcelo Borges, diretor de Comunicação do Sindieleto, a grande aposta da empresa é mesmo na desmobilização dos trabalhadores para destruir a representação sindical. *"As discussões que poderiam ser feitas com o sindicato, a Cemig agora descarta e impõe suas propostas, utilizando campanhas com alto in-*

vestimento em marketing para cooptar a categoria", destacou.

Ele cita a campanha de saúde e segurança onde a empresa, além de responsabilizar o trabalhador e sua família pelos acidentes, em nenhum momento assume a sua responsabilidade, principalmente em relação aos trabalhadores terceirizados. Na avaliação do diretor, na campanha salarial de 2005, a Cemig disputou os trabalhadores para a aprovação do ACT, agindo como se o sindicato fosse um terceiro ator no processo de negociação e mobilização.

De acordo com Marcelo, a mesma posição é adotada agora em relação à Avaliação de Desempenho. *"Não podemos aceitar que a empresa tenha tantos marqueteiros substituindo o trabalho de RH. Só com diálogo e uma relação sindical pautada pelo respeito é que serão resolvidos os impasses criados pela própria Cemig"*, advertiu.

Para o coordenador da Regional Metalúrgica do sindicato, Leonardo Timóteo, a Cemig trabalha 24 horas no intuito de cooptar o trabalhador, vendendo a idéia das benesses da empresa e das vantagens que o empregado terá em se aliar aos seus projetos. *"A empresa não quer só a força e os conhecimentos profissionais do trabalhador. Ela tenta também comprar sua consciência e liberdade de pensamento e expressão, direitos inalienáveis dos seres humanos"*, concluiu.

CG– Neste cenário, quais os desafios para os sindicatos?

Beto Crispim– *Não se ajoelhar, acreditar que é possível virar o jogo. Mobilizar-se pela Reforma Sindical, principalmente no seu dispositivo que prevê punição para as práticas anti-sindicais. Os sindicatos também precisam fazer um trabalho constante de mobilização e de formação para a consciência de classe. Sabemos que o Sindieleto e outros grandes sindicatos já fazem este trabalho, mas é preciso intensificar, com planejamento e diálogo constante com a base.*

Governo do Estado quer dividir a Copasa

Foto: Janaína da Mata/Sindágua

Trabalhadores e deputados de oposição denunciam manobra para preparar empresa para a privatização. Projeto ameaça também os direitos dos empregados da estatal

O Governo do Estado enviou para a Assembléia Legislativa, em junho, um Projeto de Lei, que altera a Lei 6.084/1973 e autoriza a Copasa a criar empresas subsidiárias. Como tem pressa em aprovar o projeto, sem tempo para fazer alarde na população, o governador Aécio Neves solicitou urgência na sua tramitação.

Após uma intensa mobilização liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Minas Gerais (Sindágua) e dos deputados do Bloco do PT/PCdoB e do PMDB, a votação do Projeto de Lei 3.374/2006 não ocorreu antes do receso parlamentar.

Copasa dos ricos e dos pobres

O Projeto cria uma subsidiária para serviços de água e esgoto para municípios carentes e dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus e outras para a exploração de águas minerais no Circuito das Águas e da gestão do projeto Jaíba II. Pelo projeto, a divisão para a prestação de serviços de água e esgoto segue o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios mineiros.

As regiões mais ricas como Sul de Minas, Triângulo, Campo das Vertentes, Metalúrgica e Zona da Mata seriam atendidas pela Copasa atual. Já as regiões socialmente mais pobres, concentradas principalmente no Norte de Minas, teriam atendimento da subsidiária.

Apesar da tramitação em regime de urgência, a direção do Sindágua diz que não foi apresentada justificativa administrativa ou operacional para a criação de uma subsidiária de saneamento, ati-

vidade que a Copasa desenvolve com eficiência há mais de 30 anos. A direção do sindicato concorda apenas com a criação das subsidiárias para novas operações e quer ampliar o debate e garantir o desmembramento do projeto.

Prejuízo

Para o diretor de Comunicação do Sindágua e secretário de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT), Rogério Matos de Araújo, o Projeto impõe uma nova filosofia para a Copasa, prejudicial à população e aos trabalhadores da estatal.

Para ele, apesar do governo afirmar que manterá o mesmo atendimento com tarifas diferenciadas para a população de baixa renda, o que está em curso é um plano para atrair investimentos externos, preparando a empresa



Pressão dos trabalhadores tenta barrar nova tratoragem de Aécio na Assembléia

para uma possível privatização.

Se o Projeto for aprovado, além do futuro controle da estatal e dos seus lu-

cross, a situação dos trabalhadores da empresa também estaria incerta. Todas as propostas de emendas que propunham garantias para os trabalhadores das subsidiárias foram vetadas pelas comissões que analisaram a matéria.

Mobilização contra a divisão

O adiamento da votação foi uma importante conquista para os trabalhadores, a população mineira e os deputados de oposição, que mesmo sendo minoria na Assembléia, conseguiram barrar o “trator” do governo Aécio, mas não garante o desmembramento do Projeto.

Há fortes articulações do governo tucano para aprovar a proposição antes das eleições. Na avaliação da direção do Sindágua, essa operação pode ter passado pela aprovação de crédito suplementar para a Assembléia, no valor de R\$ 67 milhões.

Mesmo retirada a urgência do Projeto, sua votação está prevista para setembro.

Foi agendada para o dia 9 uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa para discutir o Projeto e suas implicações sobre a vida dos consumidores e trabalhadores mineiros.

Para manter a Copasa unificada na área de saneamento e evitar a precarização das relações de trabalho, o movimento buscará o apoio de prefeitos e vereadores, de entidades sindicais e da sociedade.

Salário diferenciado

Em seus esclarecimentos sobre o projeto, no dia 28 de junho, o presidente da Copasa, Márcio Nunes, disse aos deputados que os custos com pessoal correspondem a 42% do montante total e que os funcionários das subsidiárias receberão salários diferenciados. Segundo a direção da empresa, os recursos economizados com o pagamento de salários mais baixos e a redução de benefícios seriam utilizados para adequar os custos operacionais das localidades. “Muitos parlamentares defenderam a remuneração pela média dos salários pagos na localidade, o que traria grandes perdas para a categoria”, lamenta Rogério Araújo.

